

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (GP/BE) teve conhecimento que no dia 24.06.2017 ocorreu, na cidade do Porto, um ato de violência gratuita, desproporcional, ilegítima e chocante perpetrado por um funcionário da empresa de segurança 2045 sobre uma jovem que se preparava para regressar a casa no Metro da sua cidade (Porto).

De acordo com os relatos recebidos por este Grupo Parlamentar – e que de resto se reconduzem às notícias que surgiram sobre este crime e que estão documentados em alguns vídeos que circularam nas redes sociais – as agressões foram motivadas única e exclusivamente pelo racismo e xenofobia daquele funcionário. Todos os relatos são unânimes em relatar que a violência foi de uma intensidade extrema, desfigurando inclusivamente a jovem em questão, e todos os relatos referem que o funcionário em questão insultou a jovem mais do que uma vez se referindo à mesma como “preta de merda” ou tecendo comentários como “gente como vocês, pretos, só arranjam problemas”. Inclusivamente, enquanto o segurança torcia o braço da jovem, é possível ouvir a voz de várias pessoas a insurgir-se contra estas agressões e a perguntar se o segurança gostava que fizessem isto à sua filha, num sinal claro de que toda a gente percecionou os factos da mesma forma.

Tendo a Polícia de Segurança Pública ido ao local consta que a sua atuação foi de alguma indiferença quanto ao sucedido, apesar de todos os indícios apontarem para o espancamento da jovem acima referida, ou não estivesse o funcionário com a mão ensanguentada e a jovem desfigurada. Esta indiferença manifestou-se no facto de os agentes da PSP terem alegadamente tratado de forma igual e indiferente duas pessoas – agressor e jovem – que não estavam minimamente em pé de igualdade, já que uma tinha acabado de ser brutalmente agredida e a outra a pessoa que tinha praticado estas agressões.

Tal situação, além de inadmissível por consubstanciar uma clara manifestação de recurso desnecessário e desproporcional da força por parte de um segurança privado, reveste ainda uma enorme gravidade pelo facto de serem agressões racistas e xenófobas.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, com a presente pergunta, pedir esclarecimentos sobre esta situação ao Ministério da Administração Interna.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Administração Interna conhecimento desta situação?
2. Pode o Ministério da Administração Interna garantir que os agentes da PSP que se deslocaram ao local tudo fizeram para garantir que este crime é investigado sem que nenhuma prova se tenha perdido entretanto?
3. Que medidas pretende o Ministério da Administração Interna tomar ou exigir quanto à empresa 2045 que garante a segurança da STCP? Pondera o Ministério, por exemplo, retirar a licença a esta empresa?

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2018

Deputado(a)s

SANDRA CUNHA(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)

JORGE CAMPOS(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)